

TERRITORIALIDADE AGRÁRIA NA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA: ESTUDO DE CASO DA SILVICULTURA DE EUCALIPTO EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Judson Lima Bernardino

Mestrando em Geografia – Universidade Federal de Juiz de Fora – Rua José Lourenço Kelmer, s/n-Campus Universitário. – Bairro São Pedro. Cep.: 36036-900. Juiz de Fora/MG.
E-mail: judsongeo@gmail.com

Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro

Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora/ICH – Rua José Lourenço Kelmer, s/n - Campus Universitário – Bairro São Pedro - CEP: 36036-900 - Juiz de Fora - MG
E-mail: leo_car@terra.com.br

Resumo

As florestas de eucalipto nativas ocorrem principalmente na Austrália, mas devido à sua grande capacidade de adaptação a diferentes condições geológicas, principalmente em áreas tropicais, e às numerosas possibilidades de uso, com destaque como matéria-prima da indústria de papel e celulose, o cultivo de eucalipto para fins produtivos têm sido implantados em diversos países, inclusive no Brasil. No cenário nacional alguns estados brasileiros nos chamam a atenção para sua produção como, por exemplo: Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Paraná. Dentro do panorama estabelecido na produção do gênero *Eucalyptus* no Brasil, cabe chamar a atenção para a importância que o estado mineiro tem nesse cenário, sendo o estado com o maior número de hectares plantados. Dessa forma, a mesorregião da Zona da Mata mineira tem alguns fatores que contribui para o início desse processo produtivo. Em meio ao cenário de sucessivas territorialidades agrárias na mesorregião da Zona da Mata mineira, acirradas pela pressão das verticalidades sobre o território, treze comunidades remanescentes de quilombo perpetuam sua r-existência. Dentre essas treze comunidades, a Comunidade de São Pedro de Cima que se localiza no município de Divino/MG e a Comunidade Colônia do Paiol que se localiza no município de Bias Fortes/MG são as que temos trabalhos mais efetivos sobre o processo de territorialidade agrária da silvicultura de eucalipto.

Palavras-chave: Territorialidade agrária; comunidades quilombolas; R-existência.

Summary

The native eucalypt forests occur mainly in Australia, but due to its great adaptability to different conditions rural ecology, especially in tropical areas, and the numerous possibilities of use, especially as raw material for pulp and paper industry, the cultivation eucalyptus for production purposes have been deployed in several countries, including Brazil. On the national scene in some Brazilian states draw attention to their production, such as: Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná and Espírito Santo. Within the panorama set in the production of gender *Eucalyptus* in Brazil, we call attention to the importance that has been mining this scenario, being the state with the largest number of acres planted. Thus, the middle region of Zona da Mata of Minas Gerais has some factors contributing to the start of this production process. Amid the backdrop of successive territorialities agrarian mesoregion in the Zona da Mata of Minas Gerais, heated by the pressure of

the uprights on the territory, thirteen remaining Quilombo communities perpetuate their r-existence. Among these thirteen communities, the Comunidade de São Pedro de Cima which is located in the municipality of Divino / MG and Comunidade Colônia do Paiol which is located in the municipality of Bias Fortes / MG are the most effective we work on the process of agrarian territoriality forestry eucalyptus.

Keywords: Agrarian territoriality; quilombo communities, R-existence.

O processo histórico de territorialidade agrária de silvicultura de eucalipto no Brasil

As florestas de eucalipto nativas ocorrem principalmente na Austrália, no entanto, o gênero *Eucalyptos* é um dos exemplos mais impressionantes de dispersão pelo globo devido a atividades humanas.

Segundo FREITAS (2011), devido à sua grande capacidade de adaptação a diferentes condições geológicas, principalmente em áreas tropicais, e às numerosas possibilidades de uso, com destaque como matéria-prima da indústria de papel e celulose, o cultivo de eucalipto para fins produtivos têm sido implantados em diversos países, inclusive no Brasil. O mapa a seguir contém dados que demonstram as áreas e distribuição de plantios de eucalipto em nosso país.

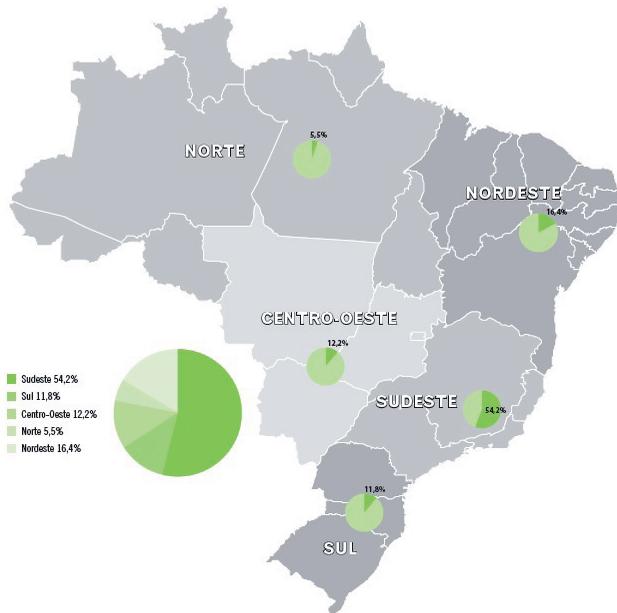


Imagem 1 – Áreas e distribuição de plantios de eucalipto no Brasil, 2011.

Fonte: Associadas individuais e coletivas da ABRAF (2012) e diversas fontes compiladas por Pöry Silviconsult (2012)

No gráfico 1, podemos observar que, do total de produção efetuado no Brasil os estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande

do Sul, Espírito Santo e Paraná são responsáveis por 85,8% dos plantios do gênero *Eucalyptos*, sendo que o estado de Minas Gerais contém a produção mais expressiva.

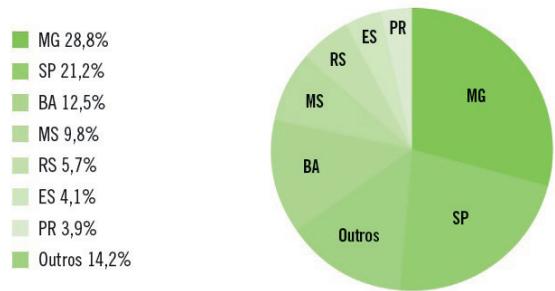


Gráfico 1 – Percentual da área de plantios de eucaliptos por estado, 2011.

Fonte: Associadas individuais e coletivas da ABRAF (2012) e diversas fontes compiladas por Pöry Silviconsult (2012)

Segundo FREITAS (2011), o contexto atual de alta produtividade de eucalipto no Brasil é resultado de um longo processo histórico de investimentos técnicos, científicos, financeiros e legais. A cadeia produtiva do setor brasileiro de florestas plantadas caracteriza-se pela grande diversidade de produtos, compreendendo um conjunto de atividades que incluem a produção, a colheita e a transformação da madeira até a obtenção dos produtos finais. A Figura 1 ilustra o modelo simplificado da produção florestal, enfatizando seus principais produtos e serviços.

Segundo a ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantada (2012), no Brasil, os produtores florestais estão divididos em três grandes grupos:

“**Produtores independentes** que são proprietários de terras (pequenos e médios produtores) que investem em plantios florestais como fonte de renda a partir da comercialização da madeira em tora. Podem estabelecer contratos de suprimento, sistemas de parceria operacional (fomento, principalmente) ou atuar independentemente no mercado; os **Timber Investment Management**

Organizations (TIMOs) empresas de gestão de investimentos florestais, vinculadas ou não aos fundos de pensão estrangeiros, que adquirem ativos florestais para atuar como reflorestadoras independentes no mercado. Fazem a intermediação entre os investidores e os consumidores de madeira de florestas plantadas; e **empresas**

verticalizadas, são empresas consumidoras de matéria-prima florestal própria. Geralmente possuem equipe própria para as operações florestais, de modo a garantir a qualidade da matéria-prima que será consumida na fábrica. Os excedentes de produção florestal geralmente são comercializados no mercado.” (ABRAF. 2012. p.83).

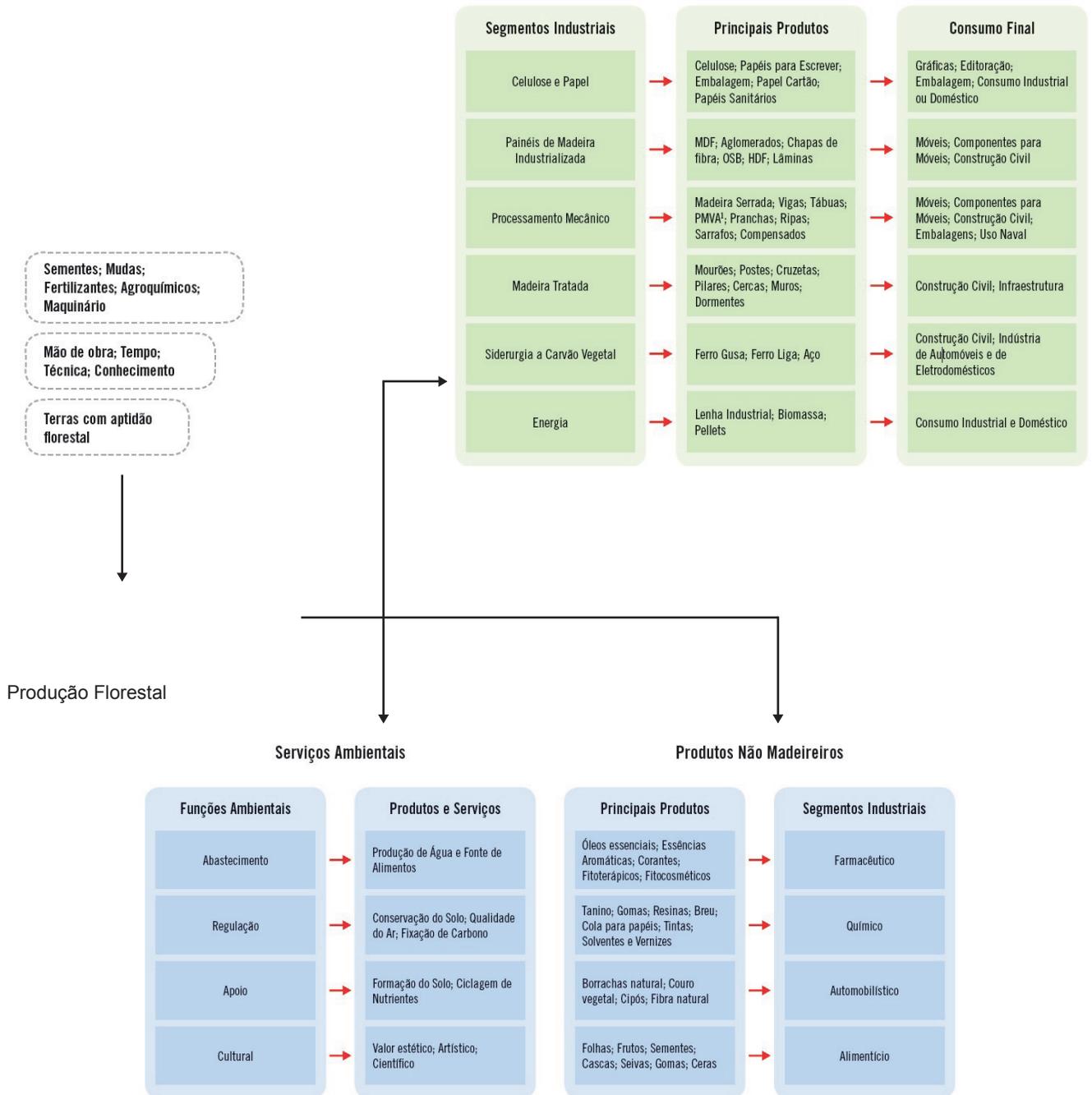


Figura 1 – Modelo simplificado da cadeia produtiva do setor florestal

Fonte: ABRAF. Anuário estatístico da ABRAF 2012 ano base 2011.

1 PMVA (Produtos de Maior Valor Agregado) – portas, janelas, molduras, pisos, dormentes, outros.

No Brasil, 36,1% de toda a madeira produzida são utilizados para a produção de celulose, ao passo que a produção de serrados, a siderurgia a carvão vegetal, os painéis de madeira industrializada e os compensados consomem, respectivamente, 15,2%, 10%, 7,4% e 3,7% do total de madeira, o restante (26,3%) e destinado à produção de lenha e outros produtos florestais.

Cabe ressaltar que, com exceção da lenha, do carvão vegetal e dos painéis de madeira industrializada, cujo consumo está basicamente concentrado no mercado interno, os demais produtos destinam-se, prioritariamente, ao mercado externo. Atualmente, o país é o 3º maior produtor mundial de celulose, entre os anos de 2000-2011, a produção nacional de celulose aumentou 87,7% e as exportações cresceram 190,4%¹.

Dentro do panorama estabelecido na produção do gênero *Eucalyptus* no Brasil, cabe chamar a atenção para a importância que o estado mineiro tem. Em análise documental referente ao Complexo Florestal Industrial (CFI) em Minas Gerais, produzido pela AMS – Associação Mineira de Silvicultura, publicado no ano 2004, as plantações florestais no Brasil ocupam uma área aproximada de 5 milhões de hectares, o equivalente a 0,6% do território nacional e a área com florestas plantadas em Minas Gerais, a maior entre os estados brasileiros, é de 1,47 milhão de hectares (28,8% do total nacional)².

As atuais áreas de expansão e concentração de investimentos e incentivos em florestas plantadas, segundo a AMS (2004), apresentam, em graus variados, restrições à agricultura, associadas a deficiências de fertilidade e hídricas, susceptibilidade à erosão e dificuldades de mecanização, entre outras.

Dessa forma, a mesorregião da Zona da Mata mineira possui alguns fatores que contribuem para o início desse processo produtivo, dentre eles podemos destacar a relativa estagnação econômica da região como o declínio da produção do café no início do século XX; recentemente a diminuição da produção leiteira; o relevo³ da região com características pouco favoráveis a prática da pecuária extensiva e plantio de grãos. Soma-se a esses modelos de aptidões agrícolas e processos históricos, a presença ou proximidade da região aos grandes e pequenos consumidores de eucalipto como metalúrgicas, siderúrgicas, indústrias de papel-celulose, polo mo-

veleiro, além de dezenas de laticínios e pequenas indústrias alimentícias.

O mapa a seguir demonstra a proximidade de algumas empresas com a Zona da Mata mineira, as quais necessitam dessa matéria prima ou fonte de energia em sua produção.

Com esse mapa, podemos perceber que o território da mesorregião da Zona da Mata mineira vem sofrendo com a ação de forças verticais e/ou verticalidades.

Segundo Milton Santos:

“As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. (...) Tomada em consideração determinada área, o espaço de fluxos tem o papel de integração com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes. (...) Desse modo ordenado, o espaço de fluxos tem vocação a ser ordenador do espaço total, tarefa que lhe é facilitada pelo fato de a ele ser superposto.” (SANTOS, 2007, p.105-107).

Assim, essas forças verticais e/ou verticalidades e o avançar da monocultura do gênero do *Eucalyptus* sobre outras práticas e modos produtivos, está associado a uma lógica de produção distinta daquela adotada pelos produtores que se territorializaram na região desempenhando uma atividade agrícola fundamentalmente focada na subsistência, na cafeicultura e na pecuária, gerando conflitos culturais e econômicos.

Os territórios quilombolas no contexto da territorialidade agrária da silvicultura de eucalipto

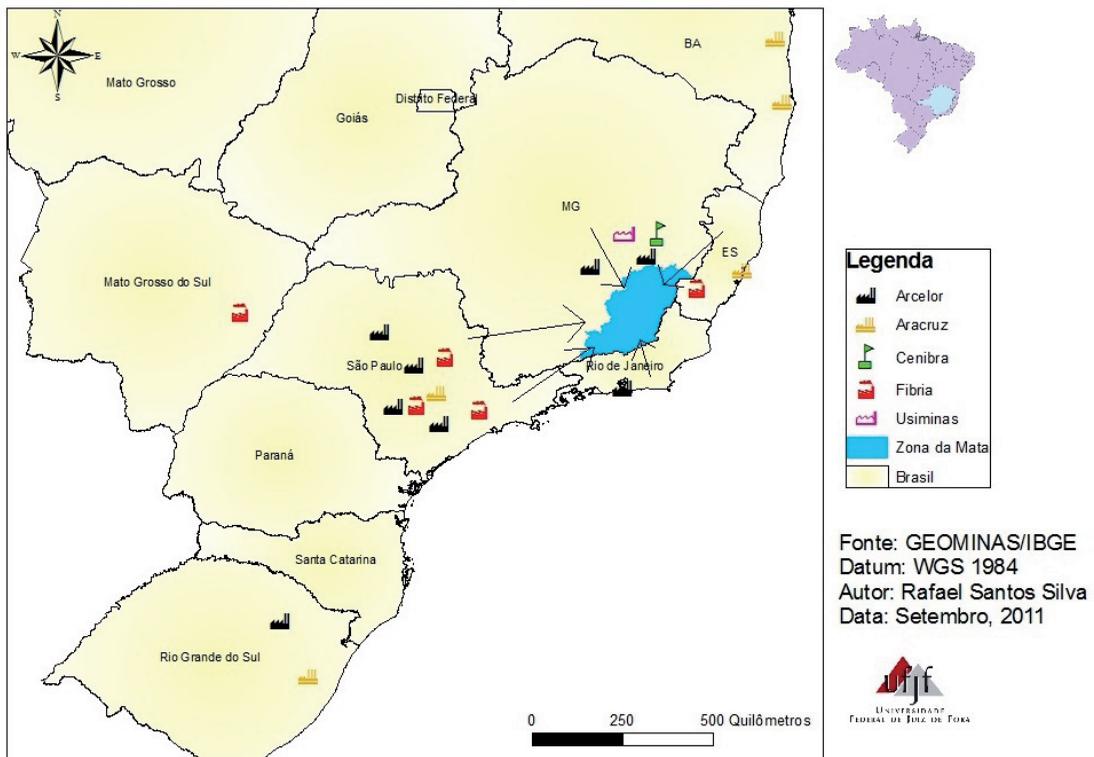
Em meio ao cenário descrito, de sucessivas territorialidades agrárias na mesorregião da Zona da Mata mineira, acirradas pela pressão das verticalidades sobre o território, treze comunidades remanescentes de quilombo⁴ perpetuam sua r-existência (PORTO-GONÇALVES, 2002). Observe o mapa com a espacialização dessas comunidades.

¹ Todos os dados utilizados nesses parágrafos foram retirados do Anuário estatístico da ABRAF (2012).

² Todos os dados utilizados nesses parágrafos foram retirados da Associação Mineira de Silvicultura. O Complexo Florestal Industrial (CFI) em Minas Gerais (2004).

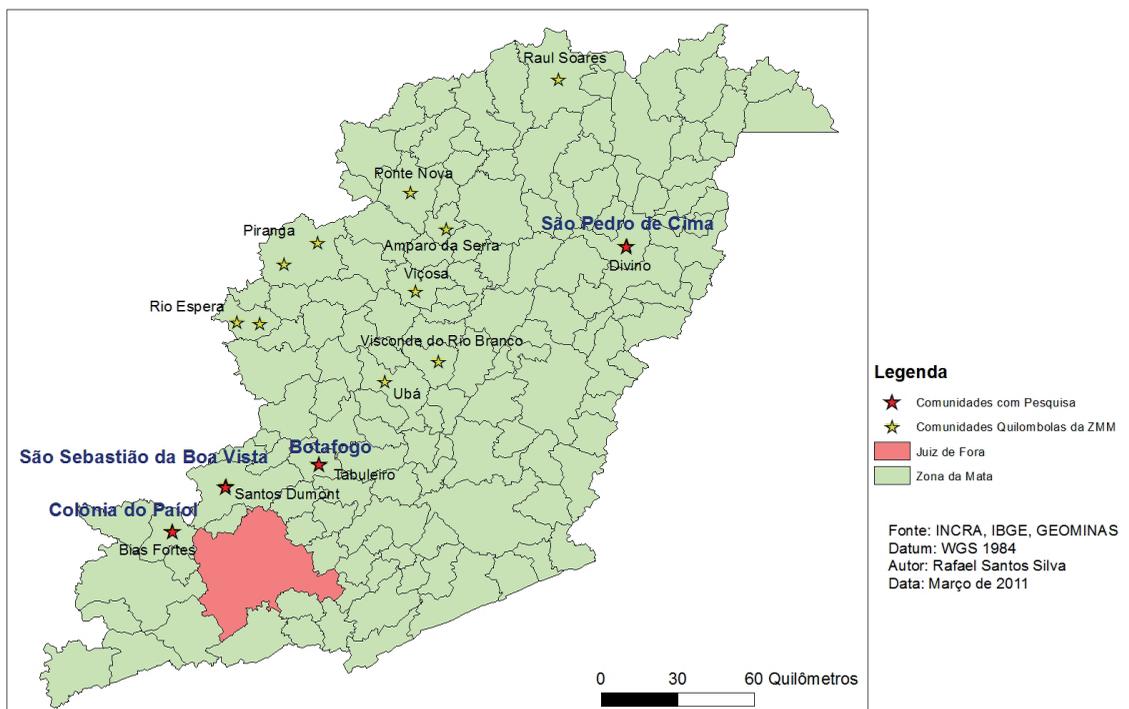
³ Mar de Morro, segundo definição de Aziz Ab 'Saber (2003).

⁴ Segundo pesquisa realizada no site do INCRA (www.incra.gov.br) foram identificadas na Zona da Mata Mineira, 13 comunidades quilombolas que entraram com pedido de reconhecimento e demarcação de seus territórios junto ao INCRA.



Mapa 1 – Principais empresas consumidoras da silvicultura na Zona Da Mata mineira

Comunidades Quilombolas da Zona da Mata Mineira



Mapa 2 – Comunidades Quilombolas da Zona da Mata Mineira

Entendamos r-existência da seguinte perspectiva:

Dizer colonialidade é dizer, também, que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, **r-existindo**, desde que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vem ganhando visibilidade. Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos **r-existência**, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre as duas lógicas. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

As territorialidades⁵ que essas comunidades constroem nesse espaço, são expressão do encontro de suas horizontalidades⁶ com as verticalidades. Esse (des)encontro pode resultar num movimento contínuo entre a adaptação, a transformação, as descobertas, o aprendizado e a resistência. Pois,

O modelo econômico assim estabelecido tende a reproduzir-se, ainda que mostrando topologias específicas, ligadas à natureza dos produtos, à força das empresas implicadas e à resistência do espaço preexistente. O modelo hegemônico é planejado para ser, em sua ação individual, indiferente a seu entorno. Mas este de algum modo se opõe à plenitude dessa hegemonia. (SANTOS, 2007, p.107)

Portanto, tais comunidades não saem ilesas desse confronto, tendo seus territórios e territorialidades afetados (quando não ameaçados) por estas questões. Contudo, à medida que, as comunidades avançam no processo de re-conhecimento de si, e redescobrem seu passado e sua história pela ressignificação da memória coletiva e local e, apropriam-se desse valor autóctone redescoberto, novas possibilidades de ações horizontais emergem⁷.

⁵ Entenda-se territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu território ou homeland” (LITTLE apud MAZZETTO, 2007, p.52).

⁶ Entenda “As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma contiguidade territorial” (SANTOS, 2005, p.139).

⁷ Referimo-nos aqui aos processos de auto-reconhecimento enquanto Comunidades de Remanescentes de Quilombos.

Assim, esses sujeitos se tornam mais ativos na resistência às verticalidades impostas pelos atores hegemônicos do modelo econômico dominante, produzindo, então, novas territorialidades como síntese desse processo.

Dentre as comunidades ilustradas no mapa 2, a Comunidade de São Pedro de Cima que se localiza no município de Divino/MG e a Comunidade Colônia do Paiol que se localiza no município de Bias Fortes/MG⁸ são as que temos trabalhos mais efetivos sobre o processo de territorialidade agrária da silvicultura de eucalipto.

Cabe resaltar que, a produção e o trabalho efetuado nas lavouras de espécie *Eucalyptus* nessas comunidades não são semelhantes e, essa diferença é proporcionada por um principal motivo que é o distinto processo de configuração territorial das comunidades.

Em São Pedro de Cima, comunidade situada em áreas intramontanas entre as serras do Brigadeiro e do Caparaó, desde meados do século XIX, essas terras foram ocupadas por escravos fugitivos que deram origem a duas ramificações familiares no local: os Malaquias e os Pereiras. Por ser uma localização mais afastada dos vilarejos, num vale no alto de uma serra e de difícil acesso, forneceu abrigo aos negros que para lá se dirigiam.

As atividades econômicas principais exercidas por esses grupos podem ser descritas como agricultura de subsistência, caça, pesca e coleta de gêneros alimentícios, de ervas e de raízes medicinais, de lenha e de materiais de construção de residências. Outros itens de consumo, como sal, querosene, tecidos etc., eram obtidos a partir do trabalho em uma grande propriedade produtora de café próxima a comunidade, onde havia um mercado para a “comercialização” desses produtos – trabalho em troca de mercadorias.

A divisão da terra respeitava a ocupação familiar de unidades produtivas, que, normalmente, não ultrapassam 10 hectares. Não havia titulação nem compra e venda de terras. Não obstante, fazendeiros vizinhos ocupavam, por meio de ações violentas, ou tomavam, como pagamento de dívidas, as terras desses posseiros, em um processo de expansão de suas propriedades para o plantio do café.

⁸ Mais informações sobre as comunidades citadas ver em DANTAS, et. al. TRAJETÓRIAS DE EXTENSÃO: COMPREENDENDO A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL AGRÁRIA E QUILOMBOLA NA ZONA DA MATA MINEIRA. Publicado e apresentado no “V Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária” Questões Agrárias na Panamazônia no Século XXI: Usos e Abusos do Território, 2011, Belém / PA. Ed. Açáí, 2011.

A partir da década de 1950, o território da comunidade começa a sofrer mais interferência de agentes externos a essa comunidade, como nos chama atenção CARNEIRO (2008).

“Salientam-se três momentos importantes desse processo, que surgem como marcas temporais: (i) a construção de um trecho da Rodovia BR-116 nos anos de 1950, que passa a seis quilômetros da comunidade quilombola; (ii) a implementação de um mineroduto, na década de 1970, que passa dentro das terras de São Pedro de Cima, e que integrou o vale ao município do Divino com a construção de uma estrada de terra adjacente ao mineroduto; (iii) políticas agrícolas nacionais colocadas em prática pelo governo de João Baptista Figueiredo, em meados da década de 1980, voltadas para o incentivo de produção de café em pequenas e médias propriedades.” (CARNEIRO, 2008.).

A partir do final da década de 1970, percebe-se a chegada de novos migrantes a esse território, sendo estes, trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra atraídos pelas novas terras férteis para o plantio do café.

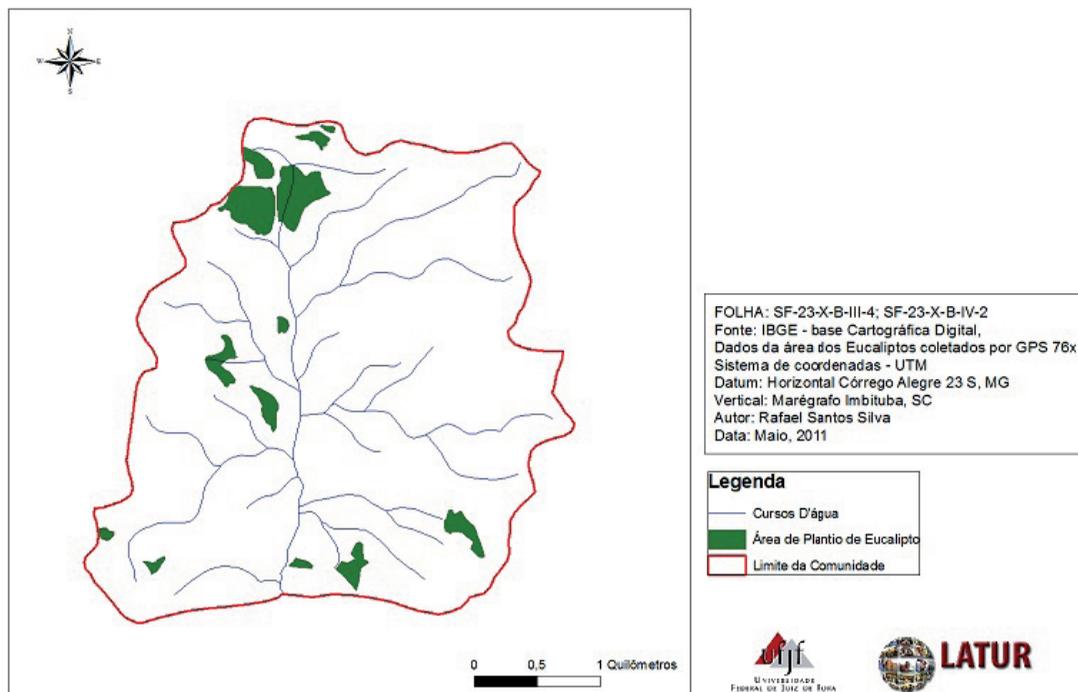
Observe no mapa 3, a área destinada ao cultivo do gênero *Eucalyptus* na comunidade de São Pedro de Cima.

Também a estrutura da rodoviária (BR-116) e a estrada de terra integraram esse território às lógicas e às políticas da modernização da produção agrícola – Revolução Verde – e dos processos fundiários característicos. Assim, moradores de São Pedro de Cima, atraídos por melhores oportunidades no meio urbano, “venderam” suas terras para grupos familiares “forasteiros” que foram se transformando no novo campesinato local (CARNEIRO, 2008). Afinal de contas, eles também eram trabalhadores rurais envolvidos com a produção e a reprodução de suas vidas no meio agrário, mesclando agricultura comercial – o café – com agriculturas de subsistência – práticas comuns até hoje.

A partir dos anos 2000, a comunidade começa a sofrer outro impacto, também vindo de agentes externos, como alternativa ao declínio dos preços das sacas de café. Essa alternativa não surge para substituir a atual, mas sim para complementar essa agricultura comercial suprimindo em partes essa necessidade econômica que estava colocada no atual momento.

⁹ Alguns moradores nos falam de processos de venda de terras bastante injustos. Outros, contudo, nos falam de tomada de terras de forma violenta.

Áreas de Plantio de Eucalipto



Mapa 3 – Área de plantio de eucalipto na comunidade de São Pedro de Cima.

Analisando o mapa juntamente com dados coletados em questionário aplicados em trabalho de campo, pode-se concluir que em São Pedro de Cima há um cultivo significativo desse gênero em algumas propriedades e também que o uso dado para essa produção é variado.

Dentro dessa diferenciação do uso do eucalipto, conseguimos observar que, de maneira geral, as propriedades dos remanescentes quilombolas detêm uma menor porcentagem de plantio desse gênero e quando os tem, o uso dado geralmente é para o consumo familiar (confeção de cercas, lenha para o fogão e construção civil) ou até mesmo dar uma função produtiva a terra que estava “ociosa”. Já as maiores áreas plantas desse gênero são em terras de forasteiros, como podemos observar no mapa, encontram-se na periferia geográfica da comunidade e são destinadas principalmente a venda para atravessadores.

Na Colônia do Paiol, conforme estudos de SILVA (2005), abriga hoje cerca de 250 famílias e sua origem deve-se à doação de terras feita pelo fazendeiro José Ribeiro Nunes no ano de 1891 a nove de seus escravos. Cada família possuía uma parcela de terras para plantio, porém, ao longo do século XX, fazendeiros do entorno foram invadindo o território. Para além da simples ocupação, muitos terrenos foram trocados por valores irrisórios – fenômeno motivado pelas dificuldades econômicas.

De acordo com SILVA (2005), desde o início da doação, as terras eram cultivadas pela comunidade, mas a produção era insuficiente para o sustento do grupo, que se multiplicou com o tempo. Premida num enclave e cercada por fazendas, a comunidade foi confrontada por crescentes problemas de sustentabilidade.

Segundo o senhor Paulo Marinho, um dos mais velhos da comunidade,

“Às vezes, os negros eram como nós, eram muito apertados. Não tinham o que comer, às vezes tinham uma dívida pra pagar: meu Deus, como vou pagar? Às vezes aqueles que tinham situação melhor diziam: ‘Eu te dou um tanto de fubá, um tanto de arroz e depois você me paga. Me da cá um pedaço de terra’. Eles mesmos separavam o vale. Aí então, lá em cima, tinha uma divisão. Eles trocavam as terras por coisas que não tinham muito valor, como um pedaço de roupa roída.” (SILVA, 2005: 224).

A perda das terras e a falta de recursos desencadeou um forte êxodo dos habitantes de Colônia do Paiol para as periferias urbanas, especialmente para a

sede de Bias Fortes e para Juiz de Fora. Dentre os que ficaram, muitos homens passaram a realizar trabalhos agrícolas sazonais em outras regiões.

Essa realidade perpetua até hoje, pois a comunidade não possui propriedades com espaços destinados para a produção de subsistência, assim a oferta de trabalho é inexistente. Essa realidade obriga a mão de obra ociosa, principalmente do gênero masculino, migrar ou buscar trabalho em propriedades rurais próximas como alternativas para a sobrevivência e permanência nesse local. Uma alternativa que vem sendo adotada com maior afinco é a venda da força de trabalho, para uma serralheria próxima, a qual domina um grande cultivo do gênero *Eucalyptus*.

Dentro desse panorama geohistórico apresentado sobre a configuração territorial das comunidades quilombolas em análise, observa-se que, as realidades de formação desses territórios de r-existência influenciam diretamente na atual territorialidade agrária, na conjuntura econômica e também na oferta da força de trabalho da população local para produção desse gênero de cultivo.

Entendimento dialético na territorialidade agrária

O cenário, relatado anteriormente, na expansão da produção de eucalipto no Brasil, muitas das vezes é entendido e interpretado no sentido de mão única, onde os atores hegemônicos pensam e arquitetam um plano de ação sobre e para o espaço, onde este é visto como um espaço cartesiano, meramente receptáculo uma planície isotrópica como CORRÊA (2008) nos chama a atenção. Entende-se por esse conceito:

“A planície isotrópica é uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo.”

[...]

“Na planície isotrópica a variável mais importante é a distância, aquela que determina em um espaço previamente homogêneo a sua diferenciação.” (CORRÊA, 2008. p.20)

Dessa forma, o espaço é meramente levado em consideração e diferenciado devido a sua proximidade escalar com alguns atores de suma importância que são: a mão de obra, que irá ser força de trabalho na produção dessa mercadoria em questão – eucalipto; e o mercado consumidor dessa mercadoria, o qual não poderá ser muito distante dessa produção, pois o custo do transporte encarece a mercadoria.

Nessa linha de pensamento dos atores hegemônicos, há uma grande necessidade da dicotomização da Natureza e o Homem (Sociedade), sendo que a Natureza é vista como uma *natureza-mecânica* e *desumanizada* MOREIRA (2006), onde devido uma crença da ciência moderna, tudo que é físico é mensurável e quantificado. Levando essa análise teórica para o plano da realidade, a localização de qualquer investimento em produção de eucalipto é determinada por entrecruzamento de fatores de ordem física, previamente conhecidos e analisados como: relevo, geologia, clima, solo e vegetação. Já o Homem (sociedade), entra nesse planejamento como força de trabalho – moradores das comunidades, cedendo todos os seus conhecimentos do “senso comum” para aperfeiçoar a produção dessa mercadoria, mas também ele tem outro papel de fundamental importância nesse planejamento que é o homem como mercado consumido – moradores das comunidades, atravessadores, empresas e Estado – dessa mercadoria.

A visão de mundo que os atores hegemônicos têm é embasada na ciência moderna racionalista, onde o método científico é considerado como o único meio de oferecer todas as garantias lógicas da relação entre o pensamento e a realidade e também influenciada por uma lógica de ciência progressista e ordeira advinda do positivismo de Auguste Comte GOMES (2007). Essa forma de pensamento descarta qualquer possibilidade de interação, intermediação ou interferência dos agentes – Natureza e Homem – no planejamento e ordenamento territorial, sendo esses, meros sujeitos passivos de uma realidade implantada e externa aos mesmos.

Mas não há somente uma via de análise e interpretação dessa realidade, os atores contra-hegemônicos – moradores das comunidades – são também sujeitos ativos nesse processo de territorialidade agrária e, a forma com que eles pensam e arquitetam um plano de ação sobre e para o espaço é totalmente divergente dos atores hegemônicos, sendo que o espaço é entendido agora como um espaço social, portanto uma formação sócio-espacial SANTOS (2012).

Sendo assim, a dicotomia entre Natureza e Homem também é questionada, pois os atores contra-hegemônicos não conseguem analisar um sem o outro, dessa forma, está colocado um *o paradigma ecológico* que MOREIRA (2007) explica que:

“Seria preciso, todavia, que então se assimilem expressões e teses de um discurso global de natureza e do homem a fim de que o enfoque ecológico amadureça como uma nova leitura de mundo.”

[...]

“o paradigma ecológico unifica-a e a diversifica a partir do movimento da vida. É um paradigma, portanto mais aberto e plural em mediação que o primeiro. Ele converte o processo da natureza num movimento de seguidas novas sínteses, orientando as formas de movimento no sentido das ressinetizações.” (MOREIRA, 2007. p.72).

Com essa forma holística de análise da realidade, congregando o orgânico – Natureza – e o inorgânico – Homem – as territorialidades agrárias são interpretadas em outra perspectiva, surgindo então outras análises e papéis para os sujeitos, agora ativos, envolvidos diretamente nessa realidade. A Natureza que era vista, pelos atores hegemônicos, como mecânica de desumanizada, agora é percebida como um todo, mas não somente como a soma das partes – relevo, geologia, clima, solo e vegetação – e sim a interrelação e interdependência das mesmas, e também o Homem, deixa de ser meramente força de trabalho e consumidor e volta a pertencer à própria Natureza em uma relação também de interdependência.

Ainda assim, a realidade é mais complexa do que somente essa duas vias de análises, onde uma se contrapõem a outra. A realidade não é somente um mero jogo de forças entre visões de mundo antagônicas, para ENGLÉS apud KONDER o

“... fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação.” (KONDER, p.58).

Assim, então, a realidade da territorialidade agrária é a síntese concreta da interrelação de planos e ações dos pares dialéticos – atores hegemônicos e atores contra-hegemônicos; forças verticais e forças horizontais – onde cada um desses pares apresenta sua tese¹⁰ que obrigatoriamente é confrontada com a antítese¹¹ e, nesse processo de confronto entre afirmação e negação cria-se uma realidade concreta e sintética.

¹⁰ Sua análise sobre aquela determinada realidade que esta imbuía de ideologias.

¹¹ Visão geralmente antagônica a tese apresentada, mas que também tem suas próprias ideologias.

Para não concluir

A síntese concreta dessa territorialidade agrária do gênero *Eucalyptos* na mesorregião da Zona da Mata mineira é fruto de uma interrelação entre os agentes hegemônicos e contra-hegemônicos, que também pode ser traduzido como conflito entre classes sociais.

Na atual conjuntura, essa correlação de força, esta sendo muito desfavorável para os agentes contra-hegemônicos, pois, como reflete KUNZLER (2007).

“para garantir a existência das classes sociais com sua respectiva relação de dominação e subordinação econômica, política e ideológica, a classe dominante utiliza-se do Estado, que nada mais é que um instrumento de repressão assegurador do seu domínio” (NOSELLA, 1978, p. 21, apud, KUNZLER 2007, p. 198).

Então, segundo PORTO-GONÇALVES (2006), vários instrumentos Estatais como os políticos, financeiros, logísticos, técnico-científicos e educacionais são utilizados, pelos atores hegemônicos, como ferramentas para a construção e consolidação de suas ideologias.

Entende-se por ideologia um conjunto de práticas que em:

“...sociedades divididas em classe, nas quais uma das classes explora e domina a outra, essas explicações ou essas ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.” CHAUÍ (2008, p. 24).

Portanto, devido a essa correlação de força desfavorável e também todo um arcabouço ideológico construído, as territorialidades dessas comunidades vêm predominando algumas características externas as suas realidades. Percebemos isso quando falamos na presença do monocultivo de café e de eucalipto

que são produções agrícolas que não se caracterizam como uma agricultura familiar/camponesa para o auto-consumo, e sim com características de uma produção totalmente voltada para as demandas do mercado, mas que se constitui também como um complemento a fonte de renda para as famílias. Diferentemente de quando relatamos a presença de produção de gêneros alimentícios básicos para o consumo familiar, caracterizando uma agricultura para o autoconsumo diversa e sem venda de excedente produtivo.

Na tentativa de amenizar esses impactos verticais e externos a essas comunidades, dois laboratórios o NUGEA (Núcleo de pesquisa Geografia, Espaço e Ação) e o LATUR (Laboratório de Territorialidades Urbano-Regionais) da Universidade Federal de Juiz de Fora, juntamente em parcerias com a Universidade Federal de Viçosa e o CTA (Centro de tecnologias Alternativas as Zona da Mata), vem desenvolvendo vários trabalhos/projetos de extensão com essas comunidades.

Cabe destacar alguns deles em ordem cronológica de acontecimento sendo que o primeiro foi um projeto de extensão conhecido como “Ecomuseu da Comunidade Quilombola São Pedro de Cima” aprovado pelo Ministério da Cultura em 2009.

O conceito de ecomuseu surgiu na França, na década de 1970, associado ao propósito de preservar o meio ambiente global em que o homem se insere e associar o público ao conhecimento e à defesa desse meio. Hugues de Varine (2000, p. 62), fundador e primeiro diretor do Ecomuseu de Creusot, na França, criou um museu espalhado por toda a comunidade urbana, com o objetivo de administrar, estudar, explorar – com fins científicos, educativos e, em geral, culturais – o patrimônio global daquela comunidade, compreendendo sua totalidade natural e cultural.

O prefixo ‘eco’ refere-se a uma noção de ecologia humana e às relações que o homem e a sociedade estabelecem com sua tradição, seu meio ambiente e os processos de transformação desses elementos (id., p. 69). (SANTOS, 2005, p.384)

Portanto, a proposta de se criar um ecomuseu da referida comunidade se insere dentro de uma nova concepção de museologia e história, buscando valorizar os espaços, os sujeitos e saberes do cotidiano, para além dos museus convencionais e da história dita oficial. O

ecomuseu traz a perspectiva de um museu vivo e o entendimento de que as diversas histórias de pessoas comuns também merecem ser contadas e eternizadas, na redescoberta da tradição e da oralidade.

Com esse propósito, confeccionou-se a primeira de uma série de três cartilhas (com o título “São Pedro de Cima – o nosso lugar”), o primeiro Atlas Geográfico-Cultural de São Pedro de Cima, e diversos registros audiovisuais da comunidade, incluindo algumas entrevistas com os moradores mais idosos. Através do projeto, também conseguimos alguns recursos para equipar a sede do ecomuseu como estantes, cadeiras, computador e datashow (projektor).

O segundo projeto foi “Comunidades Negras Rurais da Zona da Mata Mineira: banco de dados documentais, etnográficos e territoriais”, cujo propósito era o levantamento de dados das comunidades remanescentes quilombolas na mesorregião da Zona da Mata mineira e a tentativa de formulação uma rede articulada dentre essas comunidades.

Por fim, o terceiro projeto denominado “Da diversidade cultural à diversidade produtiva: construção dos saberes necessários para a transição agroecológica na Comunidade São Pedro de Cima”, onde o principal objetivo é a discussão com as comunidades, sobre um assunto que eles mesmos têm o domínio, que são os malefícios ocasionados na produção agrícola convencional com utilização de insumos químicos e, em contrapartida, uma possível solução a esses malefícios seria a transição para prática agroecológica no cultivo, mostrando que há possibilidades dessa produção ocorrer com os próprios conhecimentos dos moradores e agricultores locais e que essa prática pode também ser uma alternativa e/ou complemento de renda familiar.

A articulação com a UFV e com o CTA veio através desse projeto e, dessa forma, proporcionou uma ampliação na rede de ação e articulação entre as comunidades mapeadas na mesorregião da Zona da Mata mineira e também para além das comunidades remanescentes, pois essa articulação promoveu um espaço conhecido como “Troca de saberes” onde, ocorrem trocas de experiências produtivas em oficinas ministradas pelos próprios moradores das diversas comunidades e também por membros das organizações

articuladoras desses espaços; ocorre também trocas de sementes crioulas. Geralmente esses espaços são construídos dentro das próprias comunidades e com alternância entre elas, para que todos os moradores possam conhecer um pouco da realidade das outras comunidades envolvidas nesse processo de troca de saberes e esses encontros ocorrem com uma periodicidade mensal.

Essas ações dos grupos e entidades, juntamente como as comunidades rurais, vêm no sentido de contribuir para melhorar a correlação de força entre os agentes hegemônicos e contra-hegemônico, ampliando e fortalecendo os laços inter e intra comunidades possibilitando uma melhor articulação e conquistas frente a uma realidade artificial e externa que está implantada e muitas vezes sendo praticada dentro das comunidades, retirando aos poucos as cultura/cultivos tradicionais, os quais são a base de sua cadeia alimentar.

No que tange às formas de absorção e repulsão às verticalidades objetivadas em nossa pesquisa – o plantio de eucaliptos –, observamos neste momento inicial de nossa pesquisa que nas duas unidades territoriais estudadas há contextos específicos que justificam o plantio ou o trabalho com os eucaliptos, mas que em graus diferenciados ocasionam transformações territoriais (indesejáveis) aos mesmos. Mas almejamos, de certo, encontrar de forma dialógica e dialogal as alternativas para que essas comunidades quilombolas busquem a sua segurança alimentar e o seu bem estar e que até façam uso do eucalipto de forma a controlar o seu domínio e de não serem por ele controlado.

Referências Bibliográficas

- ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantada. **Anuário estatístico da ABRAF 2012 ano base 2011** / ABRAF. – Brasília: 2012. ISSN: 1980-8550. Acessado no dia 16/06/2013 em: <http://www.abraflor.org.br/estatisticas/ABRAF12/ABRAF12-BR.pdf>
- AMS – Associação Mineira de Silvicultura. **O Complexo Florestal Industrial (CFI) em Minas Gerais**. Caracterização, dimensionamento e importância. Belo Horizonte. Outubro de 2004.
- AB´SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Aterrier Editorial, 2003.
- CASTRO, Iná Elias de et. all. **Geografia: conceitos e temas**. CORRÊA. Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. 11º Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

CARNEIRO, L.O. Requilombarse. São Pedro dos Crioulos: magia e religião em São Pedro de Cima. XV ENG. São Paulo, 2008.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 2ª Ed. – São Paulo; Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos; 13).

DANTAS, et. al. **TRAJETÓRIAS DE EXTENSÃO: COMPREENDENDO A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL AGRÁRIA E QUILOMBOLA NA ZONA DA MATA MINEIRA**. Publicado e apresentado no “V Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária” Questões Agrárias na Panamazônia no Século XXI: Usos e Abusos do Território, 2011, Belém / PA. Ed. Açáí, 2011.

FREITAS, Gerson de. **O Eucalipto no Vale do Paraíba Paulista: aspectos geográficos e históricos**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Física. São Paulo – SP. 2011.

GOMES. P.C.C. **Geografia e modernidade**. 6º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

KONDER, Leonardo. **O que é dialética**. 25º Edição. Editora Brasiliense.

KUNZLER, E. C. e WIZNIEWSKY, C. R. F. **A ideologia nos livros didáticos de geografia durante o regime militar no Brasil**. Terra Livre - n. 28 (1): 197-220, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina**. Geographia, Rio de Janeiro, ano IV, n.8, p.39-60, 2002.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006.

SILVA, Djalma A. (2005). **O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano** (tese de doutorado), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/8/TDE-2005-05-09T12:57:07Z-729/Publico/DjalmaSilva.pdf - Acessado em: 23/06/13.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4º Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. S. dos: Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 12 (suplemento), p. 381-400, 2005.